

A CAPITAL E A PROVÍNCIA: A FUSÃO ENTRE OS ESTADOS DA GUANABARA E DO RIO DE JANEIRO SEGUNDO A PERSPECTIVA DE UM JORNAL DO NORTE FLUMINENSE

Robson Santos Dias¹

Instituto Federal Fluminense (IFF)
Cabo Frio, RJ, Brasil



Enviado em 27 ago. 2023 | Aceito em 9 maio 2024

Resumo: Em 1974, o governo Geisel impôs a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, que estavam separados desde 1834 pela transformação do atual município do Rio de Janeiro em Município Neutro. Quinze anos antes, o Rio de Janeiro havia deixado de ser capital, com a inauguração de Brasília em 1960, o que trouxe uma série de temores sobre o futuro da cidade. Duas narrativas se destacaram naquele período: uma defendia um status especial para a cidade do Rio de Janeiro, garantindo-lhe autonomia e preservando sua tradição de capitalidade; a outra defendia a reincorporação da capital ao Estado do Rio de Janeiro (ERJ). Todo esse debate ocorreu nos círculos cariocas, tema já estudado em relativa profusão pela literatura especializada. Pouco se fez para compreender as posições dos fluminenses sobre o tema. Este trabalho visa preencher essa lacuna, através da análise da cobertura dada sobre a fusão pelo importante jornal interiorano Monitor Campista, porta-voz do regionalismo que se constituiu no Norte Fluminense.

Palavras-chave: Fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara; Capital e Interior; Regionalismo.

THE CAPITAL AND THE PROVINCE: THE MERGER BETWEEN THE STATES OF GUANABARA AND RIO DE JANEIRO ACCORDING TO THE PERSPECTIVE OF A NORTH FLUMINENSE JOURNAL

Abstract: In 1974 the Geisel government imposed a merger between the states of Guanabara and Rio de Janeiro, separated since 1834 by the transformation of the current municipality of Rio de Janeiro into a Neutral Municipality. Fifteen years earlier, Rio de Janeiro had ceased to be capital, with the inauguration of Brasilia in 1960, which brought a series of fears about the future of the city. Two narratives stood out in that period: one defended a special status to city of Rio de Janeiro, granting it autonomy and preserving its tradition of capitality; another defended the reinstatement of the capital to the ERJ. All this debate took place in Rio's circles, a subject already studied in relative profusion by specialized literature. Little was done to understand the positions that have been made among the fluminenses on the subject. This work aims to fill this gap by analyzing the coverage given on the merger by the important domestic newspaper Monitor Campista, mouthpiece for regionalism that was constituted in the North Fluminense region.

Keywords: merger of the states of Rio de Janeiro and Guanabara; capital and interior; regionalism.

LA CAPITAL Y LA PROVINCIA: LA FUSIÓN ENTRE LOS ESTADOS DE GUANABARA Y RÍO DE JANEIRO DESDE LA PERSPECTIVA DE UN PERIÓDICO DEL NORTE FLUMINENSE

Resumen: En 1974, el gobierno de Geisel impuso la fusión entre los estados de Guanabara y Río de Janeiro, separados desde 1834 por la transformación del actual municipio de Río de Janeiro en Municipio Neutral. Quince años antes, Río de Janeiro había dejado de ser la capital con la inauguración de Brasilia en 1960, lo que provocó una serie de temores sobre el futuro de la ciudad. Durante ese período se destacaron dos narrativas principales: una defendía un estatus especial para la ciudad de Río de Janeiro, garantizando su autonomía y preservando su tradición de capital; la otra defendía la reincorporación de la capital al Estado de Río de Janeiro. Este debate tuvo lugar principalmente entre los residentes de Río de Janeiro, un tema bastante estudiado en la literatura especializada. Sin embargo, se ha hecho poco para comprender las perspectivas de los residentes del Estado de Río de Janeiro sobre este tema. Este estudio tiene como objetivo llenar ese vacío mediante el análisis de la cobertura dada a la fusión por el importante periódico regional Monitor Campista, portavoz del regionalismo que se constituyó en el Norte Fluminense.

Palabras clave: Fusión de los Estados de Río de Janeiro y Guanabara; Capital e Interior; Regionalismo.

1. Doutor em planejamento urbano e regional pelo Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Instituto Federal Fluminense – Campus Cabo Frio, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. Pesquisador do Observatório Socioeconômico dos Municípios Produtores de Petróleo (<https://obpetro.com.br/home/>). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2157-2935>. Email: robson.dias@gsuite.iff.edu.br.

Introdução

A fusão entre os antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, ocorrida em 15 de março de 1975, foi um evento traumático na história dessa fração territorial que hoje é chamada de Estado do Rio de Janeiro (ERJ). Foi a última de uma série de rupturas institucionais que marcaram a vida dos fluminenses, incluindo os cariocas. Após quase cinquenta anos, este é um assunto que ainda desperta interesse e que ocasionalmente retorna como um espectro dos problemas não resolvidos de um estado que se anuncia como a síntese do Brasil.

Com efeito, a palavra “crise” tem acompanhado o noticiário sobre o ERJ com bastante frequência: crise econômica, crise social, crise urbana, crise da segurança pública, crise fiscal. Não é à toa que, em 1990, durante um dos momentos mais agudos de crise estadual, o “Rio de todas as crises” serviu como título para um concorrido seminário sobre os problemas estruturais da cidade do Rio de Janeiro naquele contexto. Curiosamente, nesse mesmo evento, o interior do ERJ foi negligenciado como parte da problemática, evidenciando a existência de outra crise bastante própria: a de identidade e de pertencimento entre a capital e o interior como componentes de uma mesma unidade da federação.

Há muito tempo tem havido reclamações de que o Rio de Janeiro historicamente tem sido incapaz de defender seus próprios interesses, apesar de certa capacidade de pensar a nação, fruto de sua herança da capitalidade. Como resultado, o Rio de Janeiro estaria sendo preterido na alocação de recursos do governo federal em benefício de outros estados. Para além do exagero que existe nessas afirmações, nota-se uma ambiguidade no discurso. Quando se fala do “Rio de Janeiro”, assim expresso, não se costuma querer dizer o estado, mas o município. Como reflexo disso, surgem eventualmente discursos que defendem a “desfusão” entre o município e o estado, de modo a se recriar o modelo de Cidade-Estado, semelhante ao que ocorreu na época do estado da Guanabara. No bojo desse discurso, existe a concepção de que o interior fluminense seria uma espécie de “força de atraso” para a metrópole, que teria pouco em comum com os demais municípios fluminenses. No entanto, com o advento da era petrolífera na Bacia de Campos, localizada defronte ao litoral do Norte Fluminense, parte significativa do apelo desse discurso se perdeu, uma vez que o município do Rio de Janeiro tornou-se dependente de uma riqueza que ficava fora de sua projeção territorial.

No que tange ao tema tratado neste artigo, a fusão entre o ERJ e o então Estado da Guanabara – compreendido pelo território do atual município do Rio de Janeiro –, alguns importantes estudos foram realizados sobre os impactos e os problemas que esse ato do governo Geisel poderia criar para cariocas e fluminenses. Muito se discutiu sobre quais forças eram favoráveis e contrárias à fusão no Estado da Guanabara, mas muito pouco se estudou sobre como os fluminenses reagiram à proposta e posteriormente à execução da fusão. É nesse campo que este estudo pretende contribuir.

Assim, o objetivo do trabalho é analisar como a fusão foi percebida e quais as expectativas que se criaram na importante região do Norte Fluminense. Essa região desenvolveu, desde o século XIX, uma formação social sofisticada, capaz de criar um regionalismo próprio, com representação política estadual e nacional (CRUZ, 2003; CHRISOSTOMO, 2011). Campos dos Goytacazes se consolidou como verdadeira capital regional, com relativa autonomia em relação tanto à capital estadual, Niterói, quanto à capital nacional, Rio de Janeiro, de modo a desenvolver uma vida urbana própria e aprimorada.

Até o final da década de 1980, o município de Campos dos Goytacazes encampava quase metade de todo o território da atual região Norte Fluminense. Na época em análise, entretanto, o Norte

Fluminense incluía também os municípios do atual Noroeste Fluminense, cuja separação deveu-se à regionalização realizada pelo governo Moreira Franco (1987-1991). Além da extensão territorial do município, existia uma clara macrocefalia do núcleo urbano de Campos dos Goytacazes, visto que todos os demais municípios do Norte e Noroeste Fluminense possuíam centros urbanos pouco expressivos. Itaperuna, por exemplo, tinha em 1970 uma população municipal de aproximadamente 60 mil habitantes, do mesmo modo Macaé, atual polo econômico da região, que tinha pouco mais de 65 mil habitantes, conforme o mesmo censo. Campos dos Goytacazes, por sua vez, em 1970 possuía uma população de quase 320 mil habitantes, o que representava 66% da população do atual Norte Fluminense e 46% desta se a atual região Noroeste Fluminense fosse incluída. Nesse sentido, pode-se inferir que, dada a sua projeção regional e o fato de que nenhuma outra cidade da região constituiu o mesmo nível de sofisticação urbana e política de Campos dos Goytacazes, é razoável considerar que a principal sustentação de um pensamento regionalista no Norte Fluminense se concentrava nesse município, onde suas elites “vestiram o manto” da defesa dos interesses “regionais”.

Nesse sentido, o artigo se debruça sobre o fenômeno sociológico do regionalismo. Julgou-se desnecessário fazer um resgate do estado da arte, já que se trata de um tema clássico da geografia e da sociologia. Para fins de fundamentação, o estudo foi orientado pelas formulações de Ann Markusen, para quem o regionalismo é um fenômeno eminentemente sociológico, ocorrente a partir de “uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado” (MARKUSEN, 1981, p. 83). E por Bourdieu (2010), para quem o regionalismo é um discurso performático, no âmbito de uma disputa simbólica pelo poder de traçar fronteiras. Neste sentido, para o autor, o regionalismo é irmão siamês do nacionalismo. No caso de sucesso do discurso regionalista, seus portadores ganham o status de porta-vozes de um conjunto de narrativas que visam representar todo um território.

Utilizou-se como fonte documental fundamental os editoriais do jornal Monitor Campista e a coluna “Política e Políticos”, assinados pelo jornalista campista Everaldo Lima, sob o pseudônimo Ever, que eram as principais seções opinativas do jornal. O Monitor Campista, tradicional publicação da região, em circulação desde 1834², passou a pertencer, a partir de 1936, à Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Como parte do maior grupo de jornalismo da época, o Monitor Campista era uma fonte privilegiada de notícias tanto da região quanto do Brasil e do Mundo. Reproduzia também colunas e opiniões publicados em outros jornais da Diários Associados, o que trazia certo ar de “cosmopolitismo” ao jornal interiorano, apesar do mesmo sustentar uma postura eminentemente conservadora. O Monitor Campista expressava um posicionamento de “defesa dos interesses regionais”, em particular do principal setor econômico regional, a agroindústria sucroalcooleira.

Segundo Barros (2021), os jornais vêm sendo utilizados pelos historiadores como fonte documental desde a década de 1980. Trata-se de um meio de comunicação e informação que se difundiu com o advento das sociedades urbano-industriais europeias, apesar de tecnicamente sua produção ser possível desde a invenção da imprensa. O fato mais importante para a popularização dos jornais era a concentração populacional gerada pela urbanização e o letramento permitido pela escolarização, condições só criadas com o advento da modernidade. Com efeito, possuir um jornal com a sofisticação do Monitor Campista representava o grau de desenvolvimento de Campos dos Goytacazes, que apesar de apresentar inegáveis resquícios do atraso – afinal, sua classe dominante era constituída pelos grandes proprietários de terra e usineiros – e, conseqüentemente, possuir uma

² O jornal deixou de ser publicado em 2009.

forte marca conservadora, já tinha, em meados do século XX, uma destacada população letrada³. Era a esse público que o Monitor Campista buscava atingir, difundindo informações e opiniões capazes de influenciar e dialogar com esses setores. Não se deseja, entretanto, afirmar que não havia posições destoantes à do jornal na região⁴, mas parece claro que o Monitor Campista evocava a disposição dominante das elites, manifesta também entre os políticos campistas e outras personalidades de destaque do interior entrevistadas por jornais do Rio de Janeiro.

Por fim, como o próprio jornal é o principal material probatório para a questão que se visa analisar, optou-se por realizar transcrições de trechos que revelam posições relevantes do editorialista ou dos principais colunistas sobre os eventos em curso. Entremeou-se a essas transcrições as ponderações do autor deste artigo, em diálogo com a historiografia e mesmo com outras fontes jornalísticas do Rio de Janeiro, de modo a traçar o contexto sob o qual o Monitor Campista se posiciona no debate público.

O corpo do artigo está dividido em três partes. A primeira delas analisa a história da formação econômica e territorial fluminense, destacando a contradição existente entre a cisão institucional que se criou ainda no Império entre o atual município do Rio de Janeiro e o ERJ, e as articulações existentes entre essas duas unidades. Ao que uma das mais notórias foi a formação da área metropolitana, além da forma como o impulso econômico carioca foi dado pelo desenvolvimento da cafeicultura fluminense. A segunda parte trata do processo que culminou na fusão, desde as primeiras formulações até a decisão dos militares governantes em Brasília em executá-la. A investigação é baseada nos estudos que se interessaram em descrever os debates sobre a fusão, assim como seus impactos, a partir da perspectiva carioca. Na terceira parte está a análise principal do artigo, que busca destrinchar como o tema da fusão foi tratado no Monitor Campista, tanto nos períodos em que o tema foi discutido com intensidade, como no fim dos anos de 1950, antes da inauguração de Brasília, quanto após as especulações sobre o interesse do governo federal em realizá-la em meados da década de 1970, quando se tornou uma decisão concreta.

As fraturas de uma formação territorial articulada, mas marcada pela cisão institucional e identitária

A trajetória institucional do ERJ foi certamente das mais conturbadas da federação brasileira. Desde 1834, quando foi criado o Município Neutro, que separou o atual município do Rio de Janeiro da então Província Fluminense, ocorreram mais três grandes rupturas institucionais que reconfiguraram o papel da cidade do Rio de Janeiro na federação, sendo o Estado do Rio de Janeiro levado a reboque dessas disruptivas mudanças. Com a Proclamação da República, o Município Neutro foi transformado em Distrito Federal e a Província Fluminense em Estado do Rio de Janeiro. Em 1960, com a inauguração de Brasília, o Distrito Federal foi transformado em Estado da Guanabara,

³ As elites campistas costumavam enviar seus filhos para estudar ou nas capitais ou no exterior, como era típico das demais elites brasileiras. Além disso, Campos dos Goytacazes possuía importante papel educacional na região – status mantido até hoje –, visto que em 1844 passou a sediar, por decreto provincial, o Liceu de Humanidades de Campos, uma tradicional instituição de ensino secundário, e em 1909 teve inaugurada uma das primeiras unidades da Escola de Aprendizes e Artífices, base da atual rede de Institutos Federais. Aliás, os Institutos Federais têm como patrono o campista Nilo Peçanha, que enquanto presidente do Brasil entre 1909 e 1910, lançou a pedra fundamental dessas importantes instituições de educação profissional e superior no país.

⁴ É importante apontar que, apesar desses predicados, o Monitor Campista não era o jornal mais lido em Campos dos Goytacazes. Essa posição era ocupada pelo jornal A Notícia, cuja linha editorial era mais interessada nos assuntos locais, mas da mesma maneira que o Monitor Campista, evocava os interesses da classe dominante regional, conforme analisado por Cruz (2003). No entanto, em razão da natureza de sua cobertura, menos analítica e local, não se encontrou material da mesma qualidade que o Monitor Campista dispunha em relação ao tema em investigação, ainda que este último jornal tivesse menos alcance que o A Notícia.

primeira e única experiência de Cidade-Estado no Brasil. Finalmente, em 1974 foi realizada a fusão com o Estado do Rio de Janeiro, extinguindo-se o Estado da Guanabara e criando-se o município do Rio de Janeiro, capital do novo estado, situação que vigora até hoje.

A partir da decisão de fundar o Município Neutro, a trajetória do Rio de Janeiro foi marcada por dualismos: o carioca e o fluminense; a capital e a província; a modernidade e o atraso; a riqueza e a pobreza. Estas dualidades refletem a dissociação das identidades e solidariedades que uniam a cidade do Rio de Janeiro e o seu entorno fluminense. Os “Contos Fluminenses” (1870) de Machado de Assis foram ambientados na cidade do Rio de Janeiro durante o Império, quando a distinção entre o carioca e o fluminense ainda não tinha se cristalizado. No entanto, atualmente, nada é mais estranho para um carioca do que ser rotulado de “fluminense”, a despeito de oficialmente sê-lo.

Tais dissociações não foram por acaso ou capricho. A partir da institucionalização do Município Neutro, o fortalecimento da capital foi considerado condição *sine qua non* da consolidação da nacionalidade. Segundo Motta (2001), a criação do Município Neutro se deu em meio a acirrado debate parlamentar em que duas grandes correntes se estabeleceram: a que defendia o fortalecimento das províncias e a que defendia o centralismo nacional, simbolizado pela separação entre a capital e a Província Fluminense. A concretização desse projeto político representou a relativa autonomia do poder executivo nacional em relação aos poderes provinciais. Daí se construiu a capitalidade do Rio de Janeiro, lugar do exercício do poder central e espaço da formação da nacionalidade brasileira. Dentre os desideratos do projeto da capitalidade estava anular as idiosincrasias provincianas por meio da homogeneização dos comportamentos, ideias e costumes da capital, através da adoção pioneira dos traços de modernidade importados da Europa.

Assim, com o tempo, a capital passou a centralizar os esforços modernizantes do Estado, que, em diversos momentos, buscou externalizar a imagem da modernidade brasileira através de investimentos na cidade. Esperava-se que as mudanças na paisagem urbana levassem a mudanças nos costumes. A capital sofreu diversas “cirurgias” urbanísticas que visavam apagar seu passado colonial e torná-la mais próxima do modelo urbano europeu. A fase mais marcante ocorreu poucos anos após a Proclamação da República, quando o prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906), a emular o Barão Haussmann, realizou a maior intervenção na forma urbana carioca até então, alargando logradouros, demolindo cortiços e construindo a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco (ABREU, 2008). O ingresso do Brasil no século XX passaria pela modernização da capital.

A entrada do Brasil na modernidade do século XX – exorcizando o atraso histórico – teria que ser pelo Rio, lugar não interiorano do país, o espaço de vanguarda da modernização, ainda que modesta, precária e insuficiente, do período imperial. O Brasil teria que se afirmar pelo seu espaço mais visível ao exterior (LESSA, 2005, p. 191).

A relação da capital com a Província Fluminense foi, desde então, marcada pela dualidade. De início, como foi expresso por Machado de Assis (1896), a dissociação da província não foi imediata. As relações de contiguidade ainda eram fortes, principalmente com o sucesso da cafeicultura na Província Fluminense, que permitiu o adensamento dos fluxos econômicos do interior para a capital, por meio dos encadeamentos entre as fazendas de café, produtoras, as casas comissárias, financiadoras e revendedoras e as casas de exportação, que negociavam o café nos mercados externos.

Segundo Melo (1993), o café iniciou sua trajetória no Brasil nas montanhas cariocas, avançando para as terras do sul do Vale do Paraíba fluminense no início do século XIX, tornando-se a principal área de produção do Império entre 1830 e 1880. A cafeicultura caracterizava-se pelo emprego de

técnicas rudimentares e o uso predatório da fertilidade das terras. O uso do solo passava pelo processo de desmatamento da floresta original, que era substituída pelos cafezais. Após o esgotamento do solo e a redução da produtividade, partia-se para novas áreas florestadas. Com efeito, a economia cafeeira foi na Província Fluminense uma verdadeira “devoradora” de novas terras, abandonando solos exauridos e a destruição da mata atlântica.

Tratava-se, portanto, de uma economia extensiva, que somada ao uso do trabalho compulsório, não permitiu o desenvolvimento de um mercado de trabalho regional e de economias urbanas fora do Município Neutro. Não obstante, a cafeicultura fluminense possibilitou a estabilização do poder monárquico (FURTADO, 2007) e o fortalecimento da função mercantil e portuária da capital. Segundo Mello (1986), o comissário localizado na cidade tornou-se o principal elo da comercialização do café, pois financiava, estocava e revendia para as casas de exportação. Assim, a maior parte da renda gerada pela cafeicultura fluminense ficava na cidade do Rio de Janeiro. A presença da corte atraía as classes proprietárias do interior, que construíam na capital suas casas citadinas. Com tudo isso, a economia urbana carioca cresceu, consolidando sua capitalidade, afinal, tornara-se, graças ao café – produzido na Província Fluminense –, a cidade mais rica do Império.

O interior fluminense, por seu turno, desenvolveu-se enquanto suas atividades agrícolas prosperaram com o café e a cana de açúcar. O café se disseminou por toda a faixa de mares de morros do território fluminense, desde o Vale do Paraíba até a atual região Noroeste Fluminense. A cana de açúcar vicejou principalmente nas planícies aluviais próximas à foz do rio Paraíba do Sul, onde se desenvolveu a principal cidade do interior fluminense, Campos dos Goytacazes. Ambas as atividades se integravam ao capital mercantil carioca e se beneficiavam da proximidade com o poder político da capital. Entretanto, já em fins do século XIX, o café enfrentava uma crise terminal derivada do esgotamento das terras e da superação do uso da mão de obra escrava como base da produção. A nova era se anunciava com a emergência das relações capitalistas na cafeicultura paulista, onde o móvel passou a ser o assalariamento das levas de imigrantes europeus recém-chegados. O impulso dado pela formação da massa salarial, inédita no Brasil, juntamente com o surgimento de uma agricultura de alimentos relativamente produtiva, engendraram as condições para a emergência de mercados de consumo articulados em cidades que logo formariam fortes economias urbano-regionais (CANO, 1977; MELLO, 1986). No interior fluminense tal fenômeno não ocorreu, impedindo a formação de economias urbanas fortes e com certa autonomia em relação à cidade do Rio de Janeiro. Com isso, quando a cafeicultura iniciou sua rota descendente, carregou consigo a vitalidade das áreas produtoras que, com isso, adentraram o século XX numa longa estagnação.

A área produtora de cana de açúcar, por outro lado, conseguiu reproduzir a economia sucroalcooleira através de diferentes ciclos de expansão econômica durante o século XX, ainda que gradativamente perdesse a disputa competitiva com a produção paulista (SILVA; MOTTA, 2004). Devido a maior permanência como atividade com algum dinamismo e seu distanciamento geográfico da capital, o setor sucroalcooleiro do Norte Fluminense conseguiu desenvolver uma economia urbana importante no município de Campos dos Goytacazes, que ainda hoje é o principal centro regional do interior fluminense⁵.

Em maior ou menor grau, a cidade do Rio de Janeiro sempre polarizou o interior fluminense, beneficiando-se das riquezas produzidas na região no período do auge da cafeicultura. No entanto, a cisão institucional não permitiu que se criasse uma mentalidade política que conectasse os destinos

⁵ A economia sucroalcooleira entrou em decadência na década de 1980, de modo que atualmente é uma atividade marginal para a economia regional. Nesse mesmo período a economia regional passou a ser alavancada pelas atividades petrolíferas na Bacia de Campos, que, no entanto, centralizou, até recentemente, suas atividades no município de Macaé, no litoral.

da Província/Estado do Rio de Janeiro com a capital. O projeto de construção da nacionalidade a partir da cidade do Rio de Janeiro cobrou o preço da ocultação das interdependências que, apesar dos pesares, se fortaleciam.

Entretanto, a decadência do interior não teve grandes impactos econômicos na capital, que contava com a burocracia federal como uma base segura para manter a demanda efetiva da economia carioca. Entretanto, a desidratação econômica do entorno levou a cidade do Rio de Janeiro a ficar cada vez mais dependente do aparato estatal.

Devido à ausência de uma identidade regional forte junto ao seu entorno fluminense, na cidade do Rio de Janeiro surgiu uma dualização entre a política nacional e a política paroquial local (MOTTA, 2001; SILVA, 2004). O ufanismo carioca costuma reafirmar miticamente a natureza nacional da formação política da cidade, enquanto procura escamotear sua contraparte, a pequena política clientelística. Esta, aliás, foi em grande parte estimulada pela falta de autonomia que foi imposta à prefeitura, que além de ter o prefeito nomeado pela Presidência da República, era refém da Câmara dos Vereadores e do Senado Federal, como testemunhou Erasmo Martins Pedro⁶ ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC):

O prefeito tinha 15 dias para sancionar uma lei que, depois, passava pela Câmara dos Vereadores. Se vetasse, o veto não retornava à Câmara, ia para o Senado, o único que podia derrubá-lo. Portanto, a articulação da Câmara Municipal com o Senado era uma articulação chave. Tanto que alguns vereadores entravam em acordo com os senadores e apresentavam projetos meio absurdos que obrigavam o prefeito a vetar. O veto ia, então, para o Senado, e lá sua manutenção era negociada. Essa negociação, muitas vezes, era a oportunidade para a distribuição de cargos e empregos. (...) A grande parte dos bons cargos – Delegacia Fiscal e cartórios do antigo Distrito Federal – eram ocupados por filhos dos senadores ou parentes dos senadores. (MOTTA *apud* SILVA, 2004, p. 71)

Assim, politicamente, a cidade do Rio de Janeiro tradicionalmente oscilou entre uma vocação para a grande política nacional, única no Brasil, e o clientelismo de base local. Isso se manifestava em dois perfis típicos na política carioca. De um lado, projetar-se politicamente na cidade do Rio de Janeiro era um caminho importante para futuros postulantes aos principais cargos eletivos no legislativo federal ou, para os mais ambiciosos, no executivo federal. Esse foi o caso de Carlos Lacerda, que após a criação de Brasília e do Estado da Guanabara, buscou fazer da administração carioca (foi governador entre 1960 e 1965) sua plataforma para o pleito presidencial. Isso se pode dizer também do político gaúcho Leonel Brizola, que transferiu seu domicílio eleitoral para a Guanabara em 1962 com o fito de aumentar sua projeção no país. Por outro lado, nos interstícios das grandes ambições políticas, desenvolveu-se um tipo de política clientelística, cuja manifestação mais marcante foi o chaguismo. Diferente dos grandes retóricos Lacerda e Brizola, o chaguismo alastrou-se por meio da ação local, em que Chagas Freitas utilizava seu jornal “O Dia” como mecanismo de projeção e fidelização de pequenos políticos que construía currais eleitorais principalmente pelo subúrbio (SARMENTO, 2008).

Restringida entre as grandes questões nacionais e as pequenas ambições locais, consolidou-se um estranhamento em relação ao então ERJ que, por seu turno, foi fragmentado em diversos feudos políticos, marcados pelo provincianismo e sem um polo aglutinador a nível regional. Esse estranhamento foi bastante evidenciado na pouca atenção dada ao surgimento do fenômeno

⁶ Jornalista e advogado, Erasmo Martins Pedro exerceu sua carreira política no antigo Distrito Federal e no Estado da Guanabara. Além de uma série de cargos em gabinetes de outros políticos e em órgãos da administração pública, foi eleito vereador em 1958 e deputado federal em 1966, 1974 e 1978, pelo MDB, partido que presidiu duas vezes no diretório da Guanabara. Foi também vice-governador de Chagas Freitas, na Guanabara em 1971.

metropolitano, que teve como um dos grandes impulsionadores a imigração de fluminenses que fugiam da estagnação do interior. Tal problemática, entretanto, só entrou realmente no debate público na mesma época em que foi engendrada a própria proposta da fusão.

Fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro: primeiras proposições e sua repentina execução

A despeito da cisão entre a capital e a província, a ideia de reunir de alguma maneira a cidade do Rio de Janeiro e o ERJ foi aventada desde o início da República. Já em 1899, diante da possibilidade aberta pela Constituição de 1891 para a construção de uma nova capital no Planalto Central, sugeriu-se o retorno do então Município Neutro à Velha Província (MOTTA, 2004). Em uma crônica publicada em 7 de junho de 1896, Machado de Assis, repercutindo e criticando certo projeto de lei do deputado fluminense Belisário Augusto, que buscava garantir a permanência da capital no Rio de Janeiro, diz que no fundo nunca houve reclamação carioca contra a criação de uma nova capital em Goiás. Para o escritor, a transferência da capital não mudaria organicamente a cidade do Rio de Janeiro, que continuaria sendo a grande metrópole comercial brasileira, como Nova Iorque nos Estados Unidos. Concepção, aliás, que teve descendência com a noção de que, apesar de Brasília, o Rio de Janeiro continuaria sendo a capital de fato do Brasil. Continuando sua crônica, Machado de Assis pressagia, com certa aprovação:

Quem sabe até um dia... Tudo pode acontecer. Um dia quem sabe? Lançaremos uma ponte entre esta cidade e Niterói, uma ponte política, entenda-se, nada impedindo que também se faça uma ponte de ferro. A ponte política ligará os dois Estados, pois que **somos todos fluminenses, e esta cidade passará de capital de si mesma a capital de um grande Estado único, a que se dará o nome de Guanabara**. Os fluminenses do outro lado da água restituirão Petrópolis aos veranistas e seus recreios. Unidos, seremos alguma coisa mais que separados, e, sem desfazer nas outras, a nossa capital será forte e soberba. Se, por esse tempo, a febre amarela houver sacudido as sandálias às nossas portas, perderemos a má fama que prejudica todo o Brasil. Poderemos então celebrar o segundo centenário do destroço que aos franceses de Duclerc deu esta cidade com os seus soldados, os seus rapazes e os seus frades... (ASSIS, 1896, grifos meus).

Entretanto, as coisas não seriam tão simples como Machado de Assis imaginara. Nem a transferência da capital seria tão inofensiva para a própria função da cidade do Rio de Janeiro na rede de cidades do Brasil, nem essa ponte política pôde ser realizada sem uma medida autoritária externa a cariocas e fluminenses. Mas a ideia, no entanto, ganharia adeptos posteriormente.

A nova oportunidade para reiniciar o debate se deu com a construção de Brasília e a confirmação da transferência da capital durante o Governo Juscelino Kubistchek. No íterim entre a decisão do governo e a inauguração da nova capital, se discutiu bastante quais seriam os destinos do então Distrito Federal. Segundo Motta (2001), três propostas foram lançadas como solução para a reinserção da cidade do Rio de Janeiro na federação, em que ficariam em jogo, por um lado, a manutenção da responsabilidade federal sobre os gastos da cidade, e por outro a antiga reivindicação de autonomia político-administrativa dos cariocas. No primeiro caso, estaria a proposta de transformação da capital em território federal, como eram o Acre e o Amapá. A cidade seria, no entanto, administrada por indicados pela presidência da República. Na outra ponta, estava a proposta de seguir o dispositivo constitucional, que previa transformar a então capital em Estado da Guanabara. Neste caso, estariam asseguradas a autonomia carioca e a condição especial na federação. O problema, diriam os críticos, era que a pequena extensão territorial do novo estado o

inviabilizaria no médio e longo prazo. Daí a retomada da proposta da fusão, que dotaria a capital de um território que já seria historicamente seu.

A falta de coesão na disputa política entre os interesses que abraçavam cada proposta levou ao encaminhamento do que já era previsto, a transformação do ex-Distrito Federal em Estado da Guanabara, adotando a estrutura institucional de Cidade-Estado, feição inédita no país. Passado o calor do evento da transferência, o campo político carioca se reorganizou e buscou consolidar a Cidade-Estado⁷, que perdurou até 15 de março de 1975. Com efeito, arrefeceu o debate sobre a fusão durante todo o restante da década de 1960.

O tema reacendeu por iniciativa da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA) e do Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ), que passou a defender publicamente a fusão em 1969, quando publicou um conjunto de estudos que buscavam provar a tese do esvaziamento econômico da Guanabara e advogavam a fusão como solução para o problema. Segundo Evangelista (1998), os trabalhos dirigidos pela FIEGA e CIRJ foram rapidamente elaborados em apenas três meses, com a perspectiva de que, sensibilizando o Governo Médici, a medida poderia ser rapidamente adotada. A preocupação dos empresários cariocas era que com o fechamento do regime após o AI-5, o perfil oposicionista da Guanabara poderia ferir suscetibilidades dos militares no poder, de modo a atrapalhar a aquisição de incentivos para as indústrias cariocas.

Entretanto, a intensa movimentação de 1969 perdeu força já em 1970, com menções esporádicas nas atas da FIEGA (EVANGELISTA, 1998). O assunto foi deixado sob os auspícios da alta burocracia federal, que por seu turno, promoveria seus próprios estudos⁸. Na avaliação de Evangelista (1998), a FIEGA conseguiu, porém, o importante êxito de inserir no rol de justificativas da fusão a questão do suposto esvaziamento econômico da Guanabara, superando o argumento histórico como principal viés argumentativo.

Porém, durante todo o Governo Médici o tema da fusão ficou em suspenso. Já em 1970 a imprensa carioca repercutia ora notícias, ora opiniões de oposicionistas, que garantiam a impossibilidade de uma medida de tal envergadura, pelo menos no curto prazo⁹. Havia, entretanto, alguma inquietação sobre o tema, que por vezes retornava em notas dos jornais cariocas. Quando da publicação da Lei Complementar nº 14 de 8 de junho de 1973, que estabeleceu as 8 regiões metropolitanas brasileiras, o Rio de Janeiro ficou de fora. Sua exclusão dava indícios de que para os militares do Governo Federal a situação institucional da Guanabara/Rio de Janeiro impedia um tratamento semelhante ao das demais metrópoles e que a proposta da fusão poderia de fato ter sensibilizado setores da alta tecnocracia federal (BRASILEIRO, 1979). Mas tais indícios não geraram mais do que boatos. Concretamente, o que ficou claro é que havia uma indecisão sobre o que fazer com o caso carioca/fluminense. O jurista Eros Grau (1974), por exemplo, defendeu em sua tese doutoral que para o caso do Rio de Janeiro deveria ser arquitetada uma institucionalidade especial, em que a própria União criaria um órgão federal de planejamento metropolitano com vistas a superar a dificuldade da existência de uma área metropolitana entre dois estados.

A resposta para essas indefinições veio com a posse de Ernesto Geisel em 1974, que já no ano de 1975 divulgou sua pretensão de realizar a fusão. A medida estava inserida no novo programa de

⁷ Houve, entretanto, dois projetos distintos durante o período de existência do Estado da Guanabara. Um, encampado por Carlos Lacerda, primeiro governador eleito (1960-1965), de fazer da Guanabara a capital de fato do Brasil. O outro foi levado à frente por Chagas Freitas (1971-1975), que visava transformar a Guanabara num estado como todos os outros (MOTTA, 2001)

⁸ A imprensa na época apontou a realização desses estudos no Governo Médici: "Ministério da Justiça já começa a estudar a fusão", *Tribuna da Imprensa*, 4 fevereiro de 1970;

⁹ *Correio da Manhã*, Fusão não será a curto prazo, 04 de fevereiro de 1970, p. 8; *Tribuna da Imprensa*, Momento Fluminense, coluna de Carlos Silva, 05 de novembro de 1970, p. 11.

investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que visava superar os gargalos econômicos do país após o esgotamento das condições expansionistas do período entre 1968 e 1973, assim como as instabilidades geradas pelo choque do petróleo. Uma das características do II PND era a influência do pensamento geopolítico de Golbery Couto e Silva, então chefe da Casa Civil da Presidência da República e principal teórico da Escola Superior de Guerra no tocante à segurança nacional. Para garantir o salto do Brasil rumo ao rol dos países altamente industrializados e desenvolvidos, o II PND colocava no centro da estratégia de desenvolvimento a desconcentração dos investimentos industriais para a periferia, com o fito de consolidar a integração nacional. No chamado triângulo São Paulo-Rio-Belo Horizonte, o plano objetivava equilibrar o peso entre as três metrópoles de modo a atenuar a concentração industrial em São Paulo (BRASIL, 1974).

À cidade do Rio de Janeiro estava destinado o papel de se afirmar como o segundo polo de desenvolvimento brasileiro, através da criação de sua região metropolitana e da consequente integração com o ERJ, de maneira a aproveitar as articulações econômicas existentes. Nestes termos, a cisão institucional representava um óbice e um anacronismo, contrário ao interesse nacional. Na Exposição de Motivos nº 113-B de 31 de maio de 1974, que acompanhou o projeto de lei complementar que daria origem à fusão, as razões que buscavam legitimar a medida apontavam para a racionalidade de criar as condições geoeconômicas, institucionais e sociais para o papel a ser desempenhado pela RMRJ na nova etapa de crescimento acelerado do país. Reafirmando a artificialidade da cisão institucional, que não condizia com a complementaridade histórica entre a Guanabara e o ERJ, o governo federal defendia que a integração era condição *sine qua non* para o desenvolvimento da região metropolitana que seria criada e o aproveitamento das potencialidades econômicas tanto da cidade do Rio de Janeiro, quanto do ERJ, em especial o Vale do Paraíba, que já dispunha de consideráveis investimentos industriais.

A fusão, tal qual o próprio II PND, foi o fruto mais refinado da racionalidade tecnocrática, que era característica do governo Geisel e que foi reproduzida pelo governo da fusão, liderado por Floriano Faria Lima. Daí que o I PLAN RIO, plano de governo da fusão, foi uma construção coadunada com os objetivos do II PND, cuja característica maior foi sua excelência técnica. Por outro lado, não houve alinhamento com a racionalidade dos campos políticos carioca e fluminense. Excluídos do processo da fusão, esses campos mantiveram uma permanente tensão, tanto com o tecnocratismo governamental quanto internamente, devido aos rearranjos ocorridos nos dois partidos do regime, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A fusão segundo a província: a perspectiva do jornal Monitor Campista

Como já se apontou na seção anterior, na cidade do Rio de Janeiro houve certo debate a respeito das possibilidades e riscos que a criação de Brasília trazia para a antiga capital. A Constituição de 1946 previa que com a mudança de capital, deveria o Distrito Federal ser transformado em Estado da Guanabara. Não obstante, essa solução não agradava a todos os setores da elite carioca. Junto ao desejo de autonomia que o Estado da Guanabara poderia trazer, havia aqueles que não acreditavam na viabilidade econômica da capital como Cidade-Estado. Daí que as propostas da fusão com o ERJ e a da continuidade da tutela federal também foram colocadas no debate público.

Uma documentação relevante para se verificar esse debate foi o inquérito lançado pelo jornal Correio da Manhã em meados de 1958, intitulado "Que será do Rio?". O jornal entrevistou diversas personalidades dos campos político, acadêmico e jurídico para averiguar qual seria, na opinião

daquelas pessoas, a melhor solução para a cidade do Rio de Janeiro após a inauguração de Brasília. Apesar de não haver consenso, já que muitos entrevistados eram ardorosos defensores da autonomia carioca, a tese da fusão se revelou bastante difundida entre as personalidades entrevistadas pelo jornal. Não foi a partir do vazio, portanto, que a FIEGA fez campanha no início dos anos de 1970 pela fusão.

E no antigo ERJ? Como foram recepcionadas as mudanças ocorridas após a transferência da capital e o surgimento da tese fusionista e sua posterior imposição em 1974?

Em linhas gerais, a tese da fusão foi avaliada com certa desconfiança pelas lideranças fluminenses. No inquérito conduzido pelo Correio da Manhã, as poucas vozes originárias do ERJ foram majoritariamente contrárias à ideia. Mesmo um defensor da maior racionalidade de um único estado, como o geógrafo e geólogo Alberto Ribeiro Lamego¹⁰, entendia que haveria ônus para os fluminenses devido ao elevado custeio da máquina pública do Distrito Federal. Havia ainda receios de que o peso do Distrito Federal drenasse os recursos do ERJ e eclipsasse os interesses fluminenses.

O jornal Monitor Campista, em inúmeros momentos, fez coro a essas desconfianças já nos meses que antecederam a inauguração de Brasília. Nesse ínterim, o jornal adotou duas linhas básicas de opinião: apoiava a iniciativa de construção de Brasília¹¹ e criticava as propostas de fusão que emanavam dos meios políticos cariocas e fluminenses.

Com relação a Brasília, o jornal defendia o discurso oficial de que a nova capital era o símbolo do novo Brasil que se descortinava com a industrialização.

Brasília significou, não se pode ignorar, sacrifício de toda a coletividade. Mas é o sacrifício produtivo, recompensador e estimulante do progresso. Se, internamente, Brasília produziu verdadeira renovação mental e econômica – externamente está colocando o Brasil como um país capaz de efetuar obras gigantescas, desde que reclamados pelas aspirações econômicas, sociais e políticas de seu povo (MONITOR CAMPISTA, 1960a, p. 2).

E a realização, finalmente, do “destino manifesto” brasileiro, de ocupação e desenvolvimento do interior brasileiro.

Não temos dúvida. De Brasília se irradiará toda a ação de que o Brasil precisa, para alcançar um bem maior e mais rápido progresso. Homens de negócio, que nunca se animariam a assumir qualquer iniciativa em Goiás ou Mato Grosso, encontrarão agora, por força da presença da nova capital no planalto goiano, o caminho daqueles estados. Veremos que, dentro de poucos anos, mudará completamente o panorama econômico de toda aquela vasta região. (MONITOR CAMPISTA, 19 de abril de 1960, p. 2)

Por outro lado, o jornal fazia pesadas críticas aos setores da classe política e da alta burocracia federal que resistiam a se transferir para a nova capital.

Os que não querem ir para Brasília, por desejarem continuar morando no Rio, onde a vida lhes transcorre tal como pediram a Deus, estão arranjando agora, as desculpas mais engraçadas para justificarem a sua atitude. (...) O que há é pessimismo, derrotismo, são argumentos, alegações, invencionices dos que não querem sair dos seus cômodos. Dos que querem grandes vencimentos, polpudas rendas, mas dentro do Rio de Janeiro. O humilde, aquele para quem a existência, na Velhacap, só representa sacrifícios, esse não se está incomodando. Pelo contrário (...) Estão falando os ministros, deputados, para quem a vida tem reservado todas as

¹⁰ Correio da Manhã, 19 de julho de 1958, p. 16.

¹¹ Entretanto, o Monitor Campista também publicava colunas de pessoas que eram críticas à construção de Brasília, como o colunista All Right, ligado à sucursal da Diários Associados no Rio de Janeiro.

regalias. Gente que desliza sobre as presentes dificuldades do povo (MONITOR CAMPISTA, 1960b, p. 2).

Quanto ao tema da fusão, que fervilhava nos setores intelectualizados do então Distrito Federal, o Monitor Campista inseriu-se na oposição a uma eventual medida que alterasse o inciso constitucional que determinava a criação do Estado da Guanabara, separado do ERJ. O que não impedia, entretanto, a publicação de artigos de opinião favoráveis à fusão, que invariavelmente vinham de colonistas cariocas da Diários Associados. Um exemplo foi o jornalista pernambucano radicado no Rio de Janeiro, Aderson Magalhães, sob o pseudônimo de All Right, que defendia a existência de um plebiscito para decidir o que fazer da então futura ex-capital.

Francamente, nessa altura dos acontecimentos, a realização de um plebiscito por meio do qual se pudesse apurar exatamente o que pensam os habitantes desta metrópole que pagam impostos e sustentam a administração, seria uma sugestão a considerar. A junção do Distrito Federal com o Estado do Rio daria em resultado a formação de uma poderosa unidade federativa, capaz de influir decisivamente nos destinos da República. Não havendo a fusão, o Estado do Rio continuará na rabadilha dos outros e o novo Estado da Guanabara será uma dolorosa interrogação (ALL RIGHT, 1959, p. 2).

É interessante notar que o colonista carioca¹² fala em sua coluna de uma consulta **apenas** aos cariocas, ignorando dos fluminenses. Além disso, ao colocar o ERJ como “rabadilha” dos outros estados, numa posição de inferioridade, o colonista certamente desagradaria muitos fluminenses. O que é revelador na posição de All Right, republicado no Monitor Campista, é que o ERJ era visto como mero entorno de recursos para a cidade do Rio de Janeiro. Se o ERJ era a cauda – “rabadilha” – o Distrito Federal haveria de ser a cabeça.

Tal discurso causou muitas reações pelo lado dos fluminenses, que acusavam o risco de o ERJ virar um subúrbio ampliado do núcleo metropolitano do Rio de Janeiro¹³. Em seu editorial, o Monitor Campista se opôs ao discurso pró-fusionista, invertendo os argumentos que eram evocados na capital, tanto os favoráveis à fusão quanto os contrários, que compartilhavam a mesma visão apresentada por All Right sobre o ERJ.

Os fluminenses estão vendo aí agora como se acha, financeiramente, o Distrito Federal. As suas obras estão paralisadas se não houver auxílio do governo da União. Sempre viveu assim o Rio de Janeiro, com o governo da República a ampará-lo. Entretanto, com base na sua arrecadação, alguns vereadores bateram o pé firme, quando se falou em fusão com o Estado do Rio. Não queriam de forma alguma. O que lhes interessava era a criação do Estado da Guanabara, pois do contrário, o Estado do Rio ficaria nas costas do antigo Distrito Federal... (...) Não estamos livres, ainda não. A fusão poderá vir a ser feita, quando o Estado da Guanabara, cabeça sem corpo, não estiver conseguindo manter-se. Mas não nos convém, em absoluto. Até porque, como temos acentuado, somente agora é que vamos começar a ter completa independência, politicamente. Com o governo federal no Catete, a um passo, criou-se aquele hábito de olhar por cima da baía, querendo intrrometer-se nas coisas do Estado do Rio. E o emprego que não se consegue lá, vem ser tentado do lado de cá (MONITOR CAMPISTA, 1960c, p. 2).

¹² Refiro-me aqui ao gentílico “carioca” pela perspectiva do entorno a partir de onde o pernambucano Ederson Magalhães falava, não de sua origem de nascimento.

¹³ Utiliza-se aqui a divisão realizada por Maurício de Almeida Abreu no seu clássico estudo **A evolução urbana do Rio de Janeiro** (2008), que considera o núcleo metropolitano a área que contempla a Zona Sul, o Centro, o setor da Zona Norte que contempla Tijuca, Vila Isabel, São Cristóvão e Caju.

Durante a argumentação nesse mesmo editorial, o jornal buscou desconstruir a imagem do Rio de Janeiro como polo avançado do país, imputando à cultura política carioca aquilo que haveria de mais atrasado no Brasil.

Mas estamos vendo como se faz política no Distrito Federal. A sua Câmara de Vereadores quase que só tem feito dar maus exemplos. Parece uma casa de negócios. Tudo ali é troca. O interesse público, se ali existe, deve estar num segundo plano muito apagado. O que desejam os vereadores, com honrosíssimas exceções, é agradar o eleitorado, a fim de se perpetuarem no cargo (MONITOR CAMPISTA, 1960c, p. 2).

É interessante, nesse contexto, considerar que o apoio do jornal à construção de Brasília se fundamentava na ideia de que seria um passo inexorável para um novo e moderno Brasil. Subentende-se que o Rio de Janeiro seria o polo oposto, do Brasil arcaico.

O editorial do Monitor Campista expressa o mesmo ceticismo quanto a viabilidade do Estado da Guanabara, mas se opõe à fusão, por considerar que seria a então capital que se tornaria o verdadeiro peso para o ERJ, e não o contrário.

O que vai ocorrer, num futuro bem próximo, ao Distrito Federal, quando este se transformar em Estado da Guanabara, parece visível. Entrará num regime de déficits monstruosos. E os homens públicos continuarão querendo viver na mesma base, isto é, na base do emprego. Com o governo da União longe, e cuidando de Brasília, que também lhe vai solicitar muita atenção e muito dispêndio, as finanças do novo Estado se agravarão, por certo, tornando-se a situação insustentável.

Voltar-se-á, então, a pensar em fusão com o Estado do Rio. E os que não a querem agora, estarão de acordo. Mas, se outra solução se puder arranjar, inclusive a de continuar o governo federal no papel de "babá" para o Rio de Janeiro, será melhor para nós. Pois fusão para o Estado do Rio significa absorção. Morte. Viraremos sertão carioca, ao invés de fazermos com que os cariocas se tornem fluminenses (MONITOR CAMPISTA, 1960c, p. 2).

Trata-se de uma alocução, evidentemente, defensiva em relação aos discursos que surgiam no Distrito Federal. É sabido que não havia essa demanda por maior independência política dos fluminenses em razão da presença do governo federal no Rio de Janeiro. Ao contrário, conforme demonstrou Cruz (2003) para o caso do Norte Fluminense, as classes proprietárias sempre tentaram se valer dessa proximidade para lhes garantir algumas vantagens do Estado, principalmente subvenções econômicas.

Ao contrário do que muitos esperavam, o Estado da Guanabara não virou terra arrasada, passando, inclusive, durante principalmente o governo de Carlos Lacerda (1961-1965), a dispor de boa capacidade financeira e invejável estrutura de planejamento, permitindo a transformação da cidade num verdadeiro canteiro de obras (SANTOS, 1990). Lacerda almejava alcançar a presidência da República, e tentou fazer da administração do Estado da Guanabara sua credencial de bom gestor público, além, é claro, de conspirar contra o governo João Goulart. Como já se afirmou alhures, o tema da fusão iria ser retomado entre fins de 1969 e início de 1970, com a iniciativa da FIEGA e do CIRJ de pressionar o governo federal a fazer a fusão, tendo como justificativa o esvaziamento econômico do Estado da Guanabara¹⁴.

¹⁴ A questão do esvaziamento econômico da Guanabara era muito mais um recorte para embasar o posicionamento político do empresariado industrial carioca do que algo embasado na realidade como um todo. O que se verificou em estudos posteriores, era que a Guanabara crescia economicamente, porém abaixo da média nacional. Tal fato fazia com que a distância da Guanabara em relação aos outros estados diminuísse, ao passo que em relação a São Paulo, aumentasse em benefício dos paulistas.

Também nesse momento, o jornal Monitor Campista afirmou o posicionamento contrário à iniciativa do empresariado industrial carioca, fazendo coro às vozes contrárias do governo e da imprensa da Guanabara. Diferentemente do período 1959-1960, o jornal deixou de publicar colunas que destoassem do ponto de vista editorial quanto ao tema. Somente o editorial e a coluna “Política e Políticos”, assinados pelo jornalista campista Everaldo Lima – sob pseudônimo Ever – apresentavam opiniões sobre a fusão. Com o rápido declínio dessa iniciativa já em 1970, o interesse pelo tema novamente diminuiu.

Somente em meados de 1973 o assunto voltou a ser ventilado, agora, entretanto, saindo dos gabinetes do governo federal. O jornal reafirmou a preocupação pela concentração de recursos na Guanabara, contrapondo-se a tese que era defendida, dentre outros, pelo ex-governador carioca Negrão de Lima, de que seria a Guanabara que perderia na distribuição de recursos do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias). Além disso, o jornal, defendendo o interesse dos principais setores econômicos campistas, registrava o receio de que os projetos em andamento para a região tivessem solução de continuidade e houvesse um afastamento em relação ao governo estadual por causa da provável saída da capital de Niterói.

Os norte fluminenses, como tantas vezes se tem dito, receiam que a região venha a ficar ainda mais abandonada. Exatamente quando se esboça uma reação, quando há um clima de entusiasmo na agroindústria açucareira, quando se procura também diversificar a economia, teme-se que a mudança de capital para o outro lado da baía – pois é também o que aconteceria – venha prejudicar durante muito tempo o esforço que aqui se desenvolve. Hoje, temos contato relativamente fácil com o governo estadual, como aconteceu ainda há pouco, quando uma grande comissão, constituída de elementos de diferentes setores de atividade, se avistou com o governador Raimundo Padilha, a fim de lhe pedir que complementasse as obras de infraestrutura do Distrito Industrial (MONITOR CAMPISTA, 1973, p. 4).

O aumento da distância física e política do Norte Fluminense em relação à capital estadual era uma preocupação continuamente reiterada, pois se previa que a tendência fosse de que a capital deixasse de ser Niterói. A magnitude do desafio metropolitano colocaria as demandas do interior fluminense relegadas a segundo plano. Conforme os boatos abasteciam o noticiário sobre os estudos em andamento nos gabinetes do governo federal, o jornal passava a adotar um discurso de defesa dos interesses políticos e econômicos do Norte Fluminense, sob o pretexto de falar em nome do ERJ. Por exemplo, houve a conclamação para que, em reação ao movimento de setores da imprensa e do empresariado carioca, se fizesse a fusão dos interesses empresariais, administrativos e políticos do Norte Fluminense, de modo a fortalecer a região (MONITOR CAMPISTA, 1974a, p. 4). Em outro editorial, o jornal critica a colocação do ERJ no eixo mais desenvolvido do país, junto com a Guanabara e São Paulo, excluindo a região dos programas de desenvolvimento regional dos órgãos federais (MONITOR CAMPISTA, 1974b, p. 4).

Diante dos vários problemas que se anteviam numa possível fusão com a Guanabara, e a polarização sobre o tema entre os cariocas, além da oposição que o jornal tentava fazer crer entre os fluminenses, havia, entretanto, certa esperança de que o governo federal, ao fim dos estudos sobre o tema e após consultadas as populações dos dois estados, concluísse que seria precipitada uma decisão de tal monta.

Porém, com o anúncio de que estaria em andamento um projeto de lei complementar para realizar a fusão, o jornal demonstra perplexidade com a decisão governamental, que teria feito tábula rasa de todo questionamento existente sobre o tema e aderido, sem grandes problematizações, à tese da FIEGA e dos seus apoiadores na imprensa carioca. Na sua coluna, Ever escreve:

Espera-se a palavra oficial do Governo sobre a propalada fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara seja por intermédio do Ministério da Justiça ou através de um pronunciamento do seu líder na Câmara Federal. Na verdade, os setores políticos das duas unidades da Federação foram totalmente surpreendidos com as notícias divulgadas a respeito no final da semana passada, afirmando que seria enviado ao Congresso Nacional um ante-projeto de Lei Complementar consolidando a fusão. Antecipando-se ao Governo, alguns importantes órgãos da imprensa carioca, que têm sido porta vozes da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, no caso, pretenderam criar um impacto, principalmente na área política, o que conseguiram de fato. Mas não puderam, nas edições seguintes, oferecer novos detalhes sobre o assunto. Por não existirem ou por falta de informações. Mas o que se sabe é que há muita gente contra a iniciativa, principalmente nos termos em que foi agora anunciada. O pior é que os apologistas da fusão deixam de lado os aspectos mais importantes do problema, sendo que algumas personalidades cariocas falam como se o Estado do Rio de Janeiro não existisse. Mas deverá prevalecer o bom senso e se a fusão sair mesmo terá de ser resguardada uma série de coisas, para evitar-se o caos econômico e administrativo, além do enfraquecimento político da ARENA, partido do Governo (EVER, 1974a, p. 5).

Após anunciada a fusão, o jornal expressou sua frustração por meio de ácidas críticas aos interesses políticos por trás do movimento realizado pelo governo federal, que foi acusado por faltar com a transparência ao não apresentar estudos de viabilidade para a execução da fusão. Além disso, o jornal apontou que as razões jurídicas e constitucionais apresentadas pelo governo não teriam dado conta das enormes implicações que o processo acarretaria (EVER, 1974b).

A partir daquele momento o jornal acompanhou passo a passo o processo de tramitação da lei complementar da fusão, reafirmando as críticas já apontadas e buscando ser porta voz dos interesses do Norte Fluminense, em especial dos setores da agropecuária e da agroindústria, na tentativa de influenciar a bancada fluminense a garantir-lhes algumas contrapartidas. Dentre elas, duas em especial tiveram entusiástico apoio editorial do Monitor Campista: a proposta de se trazer a capital do novo estado para o interior e a proposta de criação de uma região metropolitana no Norte Fluminense.

Segundo informações fornecidas pelo Monitor Campista, estaria ocorrendo no ERJ uma campanha para unir setores políticos e empresariais locais no sentido de reivindicar a instalação da capital do novo estado no interior. A medida era encarada como compensação à polarização e concentração de recursos na região metropolitana a ser criada na Grande Rio.

Mandatários de comunidades interioranas cuja economia se baseia nas atividades agropecuárias e agroindustriais, eles percebem nitidamente os prejuízos que advirão do fato de o centro de decisão político-administrativa do Estado se basear na zona de polarização urbana que é o Grande Rio, a ser exacerbada com a criação da Região Metropolitana. (...) A nítida divisão que se verificará entre a Região Metropolitana e as demais, notadamente o Norte Fluminense, justifica plenamente que se deseje, em nome do equilíbrio político-administrativo do Estado, a transferência da Capital para o interior. Essa situação enquanto beneficiará as comunidades agropecuárias e agroindustriais não prejudicará os aglomerados urbanos da grande região industrial, cujos interesses estarão bem defendidos em área própria, por sua especial estrutura (MONITOR CAMPISTA, 1974c, p. 4)

Já a sugestão de criação de uma região metropolitana no Norte Fluminense foi colocada em pauta pelo deputado federal campista Walter Silva¹⁵, que interpôs uma proposta de emenda à LC nº 20 alterando o seu artigo 20, que estabelece a região metropolitana do Rio de Janeiro. Na sua

¹⁵ Walter Silva (1933-1994) era advogado e professor de direito tributário. Foi deputado federal pelo MDB entre 1971 e 1983 (a partir de 1980 pelo renomeado PMDB), onde chegou a assumir a função de vice-líder do partido na câmara em 1979 e 1981. Foi também assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura e dos sindicatos dos trabalhadores rurais, dos bancários e dos comerciários de Campos dos Goytacazes.

justificativa, o deputado, crítico da fusão, diz que o esvaziamento econômico da região estaria levando a um maciço êxodo populacional em direção a Grande Rio. Para o deputado, por meio da criação de uma região metropolitana no Norte Fluminense, se estaria dando um importante incentivo econômico à região, demonstrando um real compromisso do governo federal em reequilibrar territorialmente o novo estado (BRASIL, 1974).

Sobre o tema, o jornal aponta inconsistências na concepção então vigente de região metropolitana, que não se resumiria apenas à situação de explosão demográfica e intensa urbanização. Notando que a RMRJ a ser implantada abarcaria também municípios não conurbados e uma grande área rural, o jornal defende que o sentido de polarização, aplicável ao Norte Fluminense, também permitiria fazer uma institucionalidade semelhante que favoreceria o planejamento regional (MONITOR CAMPISTA, 1974d, p. 4).

É notório, portanto, que a considerar o discurso evocado pelo jornal Monitor Campista, havia resistência na região à decisão governamental de realizar a fusão devido aos receios pela ocorrência de esvaziamento econômico e político. O jornal fazia eco à oposição que importantes figuras políticas fluminenses tinham pelo projeto, dentre as quais o então senador Amaral Peixoto, figura de proa do MDB fluminense. Sob sua liderança, o MDB deu um voto em separado acusando a inconstitucionalidade e a ilegitimidade da medida, além de representar uma tentativa governamental de aniquilar o partido nos dois estados¹⁶.

Após aprovada a Lei Complementar em 1º de julho de 1974, houve uma mudança no tom dos editoriais do jornal. Resignado, o Monitor Campista passou a defender uma política de redução de danos, de modo a garantir que a execução da fusão englobasse os interesses do setor agrícola e agroindustrial do Norte Fluminense.

Embora a fusão tenha sido planejada de modo muito severo para o Estado do Rio, como bem assinalou o Deputado Luis Brás, que é também representante da Região, sempre será possível retirar dela alguma vantagem ou compensação. Ainda que isto possa significar exercício de paciência e malogros parciais. (...) Muitas dessas condições poderão ser ou tornar-se favoráveis aos interesses da comunidade Norte Fluminense em setores específicos de atividades. O campo econômico, e nele a agricultura e a agroindústria é a que, de pronto, pode oferecer boas oportunidades à iniciativa pela fluminização do mercado consumidor da antiga Capital Federal, um dos maiores do país em poder aquisitivo. A queda da barreira do ICM certamente será um fator favorável. E o interesse pelo seu abastecimento poderá fazer o novo governo voltar suas vistas para a melhor organização e aproveitamento dos recursos naturais do novo estado. Essa tendência, perfeitamente previsível, beneficiará as áreas que oferecem mais detalhado conhecimento de suas potencialidades. Neste caso, o NF pode motivar medidas de iniciativa oficial ou privada mediante utilização do acervo de dados levantados pela FUNDENOR, apta também a elaborar projetos e programações econômicas (MONITOR CAMPISTA, 1974e, p. 4).

A nova tarefa colocada às forças políticas do Norte Fluminense seria uma tentativa de garantir que os interesses econômicos regionais, ou seja, de sua classe dominante, fossem atendidos no processo de fusão que dentro de alguns meses se consumaria. Como porta-voz desses interesses, o jornal acompanhou passo a passo as novas decisões do governo federal, que indicou o almirante Floriano Peixoto Faria Lima para governador, assim como a composição dos grupos de trabalho e do secretariado do novo governo. Mantendo as reivindicações expostas até aqui, o jornal continuou a

¹⁶ É importante frisar que muitos parlamentares fluminenses foram favoráveis à fusão, em especial aqueles ligados ao partido oficial do governo, a ARENA, que teve papel fundamental na própria redação da lei complementar. Em um aparte ao discurso do senador Amaral Peixoto, o senador Vasconcelos Torres, também campista, menciona o interessante fato de que além da Guanabara, a principal oposição regionalista à fusão provinha do Norte Fluminense.

reclamar do privilégio que estaria sendo dado à capital, em detrimento do interior, que como o jornal fazia questão de reiterar, era previsível.

Uma das linhas adotadas pelas elites locais e que foi defendida pelo Monitor Campista em diversos momentos, era de que o governo federal garantisse as condições para que o Norte Fluminense se tornasse o principal fornecedor de alimentos para a região metropolitana do Rio de Janeiro, inclusive por meio da constituição da região como área prioritária para investimentos e incentivos com o fito de emular em Campos o projeto do polo de desenvolvimento destinado à região metropolitana do Rio de Janeiro. Em matéria de capa, o jornal noticia que o governo federal teria decidido conceder recursos para aumentar a produtividade agrícola, fomentar projetos industriais e melhorias da infraestrutura em geral. A reação no editorial foi efusiva:

O que agora acontece não é fruto do acaso, mas da oportunidade e o fato de o novo Estado do Rio de Janeiro exigir, para sua adequada organização, de uma estrutura a agropecuária e agroindustrial eficiente tem muito a ver com isto. O que nos está sendo dado ver confirma o que cedo sentimos: na fusão, Campos e o Norte Fluminense serão aproveitados nos limites de sua vocação natural sempre voltada para o trato da terra. As perspectivas do desenvolvimento urbano nesse contexto serão consequência natural e não processo concorrente ou absorvedor (...) se pode antever que aqui teremos, dentro da organização política e econômica do novo Estado do Rio de Janeiro, uma zona de contrapartida à Região Metropolitana do Grande Rio (MONITOR CAMPISTA, 1974f, p. 4)

O governo da fusão se iniciaria a partir de 15 de março de 1975 sob o comando do militar Floriano Faria Lima. De perfil tecnocrático, o governo Faria Lima buscou se isolar das querelas políticas quer da ARENA, quer do MDB. Sob o manto da seriedade técnica, o governo da fusão construiu o I PLAN RIO como guia para o executivo estadual, inserindo o planejamento do estado sob a batuta do II PND do governo federal (DIAS, 2015). Uma das frentes de ação do planejamento do governo foi a institucionalização das regiões-programa, elaboradas pela renomada geógrafa Lysia Bernardes, então alocada na Secretaria de Coordenação e Planejamento. Através das regiões-programa, o governo da fusão implementou uma série de planos de ação em articulação com o governo federal, incluindo o fortalecimento do setor primário no Norte Fluminense e o aproveitamento do distrito industrial instalado em Campos dos Goytacazes pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN)¹⁷.

Apesar de um primeiro posicionamento favorável à nomeação feita por Geisel para o governo do estado, o Monitor Campista continuou criticando o privilégio dado à região metropolitana e ao município do Rio de Janeiro e a invisibilização do interior na agenda governamental. Do governo Faria Lima o Monitor Campista cobrou a concretização das promessas feitas em relação aos incentivos e investimentos à agroindústria.

Tal reivindicação, entretanto, logo se tornaria extemporânea, pois novos fatores começaram a mudar a paisagem econômica e política do Norte Fluminense. Por coincidência, foi no ano de 1974 que se deu a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, defronte justamente à costa do Norte Fluminense. Uma nova era teve início, em que a economia e a renda petrolíferas escantearam a agroindústria, que ao fim de poucos anos sucumbiu a uma fração do que representava historicamente para a região. Com o desenvolvimento e a expansão da atividade petrolífera, não seria exagero dizer que a fusão foi realizada pelas referidas atividades, que articularam a capital com a costa norte do estado, criando inclusive indícios de um “transbordamento metropolitano” nessa

¹⁷ A CODIN foi criada em 1967 pelo antigo ERJ com o objetivo de criar e comercializar distritos industriais.

região. E tendo sido a fusão executada por motivos tão casuísticos, as questões que a motivaram continuam em certa medida irresolutas, senão agravadas.

Considerações finais

A história da formação territorial do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) é marcada por rupturas e abandonos. As necessidades das elites brasileiras em conformar uma capital de acordo com os cânones que se imaginava do que seria uma nação moderna impuseram uma série de transformações no território e na institucionalidade fluminense. O princípio da neutralidade originou o Município Neutro em 1834, ambicionando afastar a então capital dos provincianismos. O passo seguinte foram os esforços para tornar a cidade do Rio de Janeiro uma capital moderna. É marcante na história urbana carioca a hercúlea empreitada de superar dois atavismos da capital: de um lado o desafio do sítio que, apesar do louvor a respeito de seus aspectos cênicos, sempre foi um obstáculo para a urbanização; do outro lado, o legado colonial, que envergonhava as elites que desejavam parecer-se próximas dos símbolos da modernidade capitalista.

Ao longo dos anos desenvolveram-se, portanto, os signos da capitalidade na cidade do Rio de Janeiro. Como um centro financeiro e comercial, dinamizada pela presença da burocracia da União, a cidade do Rio de Janeiro era o *locus* onde se realizava o mito da nacionalidade, apesar de vicejar nas sombras formas menos republicanas de se fazer política. A cidade do Rio de Janeiro era concebida como imune aos provincianismos e aos regionalismos. Rompidos os laços com a Província Fluminense, depois ERJ, pouco haveria de comum entre cariocas e fluminenses.

Quando Província Fluminense, no Império, era muito conveniente para as elites agrárias a proximidade com a corte na capital. O café fluminense sustentou o Império e ajudou a fortalecer o papel comercial e financeiro da capital. Enquanto as terras altas da província apresentavam alta produtividade da rubiácea, não foi sentida a ruptura de 1834. Mas o quadro mudou com a decadência da cafeicultura, que relegou a maior parte do atual interior fluminense a uma secular estagnação econômica. Houve exceções, claro. O Norte Fluminense, relativamente apartado das luzes da capital e desenvolvendo uma cultura agrícola distinta, conseguiu manter uma maior resiliência econômica ao longo do século XX. Fora essa região, apenas o Vale do Paraíba também cresceu a partir do enclave industrial de Volta Redonda, assim como algum outro município isolado, como Nova Friburgo na serra fluminense.

Com efeito, a cisão institucional entre a capital e seu entorno engendrou o distanciamento entre cariocas e fluminenses, apesar das relações de contiguidade. Tal quadro se modifica abruptamente pela decisão tomada pelo governo Geisel de realizar a fusão em 1974. Apesar de polêmico, o ato governamental não ocorreu no vácuo. Havia na cidade do Rio de Janeiro alguns setores desejosos da fusão, em especial o empresariado industrial carioca. Tal discurso desenvolveu-se em meio às vicissitudes econômicas que rondavam a cidade do Rio de Janeiro, que gradativamente perdia densidade econômica diante do crescimento de outros lugares, em especial São Paulo. A tese do esvaziamento econômico foi central nesse discurso, e foi repetidamente evocado desde as vésperas da inauguração de Brasília.

Se na capital o debate dividia opiniões, como por diversas vezes foi publicizado pela imprensa carioca, como esse debate se inseriu no Norte Fluminense, onde vicejou vigoroso regionalismo, talvez único no interior fluminense? A contar pelas opiniões emitidas pelo jornal Monitor Campista, um dos principais porta-vozes da classe dominante regional, a tese da fusão não foi particularmente incentivada, a despeito de uma ou outra exceção. Essa postura é corroborada pela própria imprensa

carioca, como o diário Correio da Manhã, que, em inquérito promovido em 1958, constatou que havia, entre as poucas vozes a falarem em nome do então ERJ, muito receio de que a capital eclipsasse o interior fluminense.

Em resposta à negligência dos ditos interesses fluminenses, o Monitor Campista frequentemente aproveitava as oportunidades que surgiam na conjuntura para criticar a capital. Isso se manifestou já nas vésperas da transferência da capital, quando o jornal apoiou o projeto federal, ao mesmo tempo em que tratava as práticas políticas presentes na cidade do Rio de Janeiro como símbolo do atraso. Anos depois, quando o tema da fusão retornou ao debate público, o jornal novamente se posicionou contrariamente à decisão, expressando receios de que os já escassos recursos públicos do estado fossem concentrados na cidade do Rio de Janeiro. Reiterando sempre o desconforto com o isolamento dos fluminenses no debate parlamentar e na preparação para a execução da fusão, o Monitor Campista procurou dar eco à necessidade de contrapartidas ao Norte Fluminense, de modo a garantir que os interesses cariocas não tornassem o antigo ERJ num mero subúrbio da capital.

Diante das evidências constatadas no material analisado, no que concerne ao Monitor Campista e ao que representava como importante difusor de opiniões e informações no Norte Fluminense, a tese da fusão não teve efusiva acolhida nessa região, não havendo, ainda, elementos para se provar o contrário. Nesse sentido, é possível concluir que essa tese foi gestada e discutida principalmente nos círculos cariocas, enquanto no debate público fluminense expresso na imprensa o tema foi em geral ignorado ou tratado de forma crítica. Não obstante, é importante apontar que apesar do apoio de setores do empresariado carioca à fusão, a medida foi tomada pelo governo Geisel, em consonância com os objetivos tecnocráticos do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Assim, tanto os apoiadores quanto os opositores, tanto cariocas quanto fluminenses, foram levados a reboque pela intervenção federal neste processo.

Agradecimentos

O artigo contou com auxílio financeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) para custear a revisão do texto, no âmbito do projeto temático intitulado “A reestruturação da indústria de petróleo e gás natural nas regiões produtoras e as transformações na economia e no território fluminense” coordenado pelo prof. Dr. Leandro Bruno Santos.

Agradeço à professora Maria Célia Cardoso de Lira pela correção do resumo em espanhol.

Referências

- ABREU, M. A. (2008) *Evolução urbana do Rio de Janeiro* (4ª ed.), Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos.
- ALL RIGHT (1959, 12 de agosto). A sorte do distrito. *Monitor Campista*, p. 2. Campos dos Goytacazes.
- ASSIS, M. A. (1896, 07 de junho). Questão da capital. *Jornal Gazeta de Notícias*, p. 1. Coluna A Semana. Distrito Federal.
- BARROS, J. D. (2021) Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: uma síntese metodológica. *Revista Portuguesa de História*, 52, 397-419.
- BOURDIEU, P. (2010) *O poder simbólico* (13 ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRASIL (1974). Emenda nº 160 ao Projeto de Lei Complementar nº 1 de 31 de maio de 1974, editada em 4 de julho de 1974 pelo deputado federal Walter Silva. *Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro*, 29(Tomo 1), 213.
- BRASILEIRO, A, M. (1979). *A fusão: análise de uma política pública*. Brasília, IPEA.
- CANO, W. (1977) *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel.
- CHRYSOSTOMO, M. I. J. (2011). Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897). *História (São Paulo)*, Franca -SP, 30(nº 1), 56-89.
- CORREIO DA MANHÃ (1958, 19 de julho). *Fusão fluminense-carioca é recomendável, mas pode trazer ônus para o estado do Rio*. Distrito Federal, p. 16.
- CORREIO DA MANHÃ (1970, 04 de fevereiro). *Fusão não será a curto prazo*. Guanabara, p. 8.
- CRUZ, J. L. V. (2003) *Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense*. (Tese Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- DIAS, R. S. (2015) *Vida e morte da questão regional na agenda governamental do Estado do Rio de Janeiro pós-fusão: o caso da FUNDREM*. (Tese Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- EVANGELISTA, H. A. (1998) *A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro segundo uma perspectiva de análise geográfica*. (Tese Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- EVER (1974a, 16 de abril). Impacto premeditado. *Monitor Campista*, Política e Políticos, p. 5. Campos dos Goytacazes.
- EVER (1974b, 21 de abril). Intenção política. *Monitor Campista*, Política e Políticos, p. 5. Campos dos Goytacazes.
- FURTADO, C. (2007) *Formação econômica do Brasil* (34ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- GRAU, E. (1974) *Regiões metropolitanas: regime jurídico*. São Paulo: José Bushatsky Editora.
- LESSA, C. (2005) *O Rio de todos os Brasís* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Record.
- MARKUSEN, A. (1981) Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço e Debates*, 1(2), 61-99. São Paulo.
- MELO, H. P. (1993). *O café e a economia do Rio de Janeiro: 1888-1920*. (Tese Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MELLO, J. M. C. (1986) *O capitalismo tardio* (4ª ed.). São Paulo: Editora Brasiliense.
- MONITOR CAMPISTA. (1960a, 1 de maio). *Brasília projetou o Brasil no mundo*, Campos dos Goytacazes, p. 2.
- MONITOR CAMPISTA (1960b, 23 de fevereiro). *Brasília e tolices*, Campos dos Goytacazes, p. 2.
- MONITOR CAMPISTA (1960c, 12 de março). *Fusão e finanças cariocas*, Campos dos Goytacazes, p. 2.
- MONITOR CAMPISTA (1960, 19 de abril) *Preocupação injustificável*, Campos dos Goytacazes, p. 2.
- MONITOR CAMPISTA (1973, 4 de julho). *Um assunto em pauta*, Campos dos Goytacazes, p. 4.
- MONITOR CAMPISTA (1974a, 13 de abril). *A fusão necessária*, Campos dos Goytacazes, p.4
- MONITOR CAMPISTA (1974b, 15 de março). *Uma justiça a ser feita*, Campos dos Goytacazes, p. 4.
- MONITOR CAMPISTA (1974c, 3 de maio). *Problema capital*, Campos dos Goytacazes, p. 4
- MONITOR CAMPISTA (1974d, 8 de junho). *Metropolizar*, Campos dos Goytacazes, p. 4.

- MONITOR CAMPISTA (1974e, 30 de junho). *Nem tudo são espinhos*, Campos dos Goytacazes, p. 4.
- MONITOR CAMPISTA (1974f, 8 de dezembro). *Momento histórico*, Campos dos Goytacazes, p.4.
- MOTTA, M. S. (2001) *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- MOTTA, M. S. (2004) A autonomia carioca e o município do Rio de Janeiro. MOTTA, M. S.; FREIRE, A.; SARMENTO, C. E. *Política carioca em quatro tempos* (pp. 53-73). Rio de Janeiro: FGV Editora.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1974). *II Plano nacional de desenvolvimento*. Brasília.
- SANTOS, A. M. S. P. (1990) *Planejamento e desenvolvimento: o Estado da Guanabara*. (Tese de Doutorado). Universidade São Paulo, São Paulo.
- SARMENTO, C. E. (2008) *O espelho partido da metrópole: Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983)*. Rio de Janeiro: Folha Seca.
- SILVA, C. (1970, 5 de novembro). Momento fluminense. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, p. 11.
- SILVA, M. O. (2004) *Rio nacional, rio local: origens e especificidades da crise carioca e fluminense*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SILVA, R. R.; CARVALHO, A. M. (2004). A formação econômica da região Norte Fluminense.
- PESSANHA, R. M.; SILVA NETO, R. (Orgs.) *Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana de açúcar aos royalties do petróleo* (pp. 27-75). Campos dos Goytacazes: WTC.
- TRIBUNA DA IMPRENSA (1970, 4 de fevereiro). *Ministério da justiça já começa a estudar a fusão, Guanabara*.